



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE
ATA DE REUNIÃO
2/2017

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 21/06/2017 Hora: 16h Local: Sala de reuniões do Edifício Millenium - TRT-2

Tipo de reunião: Ordinária

2. PARTICIPANTES

Nome	Órgão	Assinatura
Desembargador Jomar Luz de Vassimon Freitas	TRT-2	
Juiz do Trabalho Titular Moisés dos Santos Heitor	TRT-2	
Juíza do Trabalho Substituta Roberta Carolina de Novaes e Souza Dantas	TRT-2	
Dr. Otávio Pinto e Silva	OAB/SP	
Dr. Wiliam Sebastião Bédone	MPT/SP	Ausência justificada (reunião anteriormente agendada)
Dr. Virgílio Bernardes Carbonieri	PGE/SP	Ausência justificada (reunião anteriormente agendada)
Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira – Diretora da Secretaria Geral Judiciária	TRT-2	
Conrado Augusto Pires - Diretor de Secretaria da 10ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo	TRT-2	Ausência justificada (férias)
Francisco Sorio Flor - Oficial de Justiça	TRT-2	
João Nazareth Oliveira Quirino de Moraes – Secretário da Corregedoria Regional	TRT-2	
Karina Setsuko Ueda Yoshizaki - Calculista da 89ª Vara do Trabalho de São Paulo	TRT-2	
Leonardo Tuffi Hassan Arruda - Secretário da 3ª Turma	TRT-2	
Márcio Nisi Gonçalves - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRT-2	
Oswaldo José Costa da Silva Lemê - Diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	TRT-2	



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

3. DELIBERAÇÕES

1. Priorização das demandas de melhorias do sistema PJe apresentadas TRT2

As demandas aprovadas foram priorizadas e anexadas à presente ata para encaminhamento ao Comitê Gestor Nacional do PJe na Justiça do Trabalho.

2. Definição da configuração das classes judiciais

a) PJe de 1º grau

- Embargos de terceiro e Execução provisória em autos suplementares: manutenção como *inicial*.

b) PJe de 2º grau

- Tutela cautelar antecedente e tutela antecipada antecedente: restrição à competência das SDI's e SDC;
- Reclamação: aguardando definição no Regimento Interno para posterior configuração da classe no sistema PJe, se for o caso.

3. Impossibilidade de retorno do processo ao relator originário após o julgamento de agravo regimental em que o foi vencido

Deliberou-se pelo envio de recomendação às Secretarias de Dissídios Individuais para que o relator originário redija o voto e assine o acórdão.

4. Regra de negócio do item 92.434 - "Processos suspensos ou sobrestados pendentes de julgamento" do Manual de Orientações do 2º Grau do sistema e-Gestão – versão 1.2

Considerando que a regra de negócio não contempla os movimentos processuais de suspensão registrados por "despacho" constantes da regra de negócio 2.434 e, ainda, que processos eletrônicos que possuem tais movimentos são relacionados nos itens 92.428 e 92.434, deliberou-se por confirmar a adequação da regra de negócio do manual junto ao CSJT.

5. Unificação das Procuradorias divididas em regiões

Considerando o art. 17, §2º da Resolução CSJT nº 185/2017 e, ainda, o ofício CSJT.CPJE.SETIC nº 28, em que ficou definido que os "Comitês Gestores Regionais deverão deliberar sobre a manutenção das divisões de trabalho das Procuradorias pelo usuário interno ou se esta divisão deverá ocorrer na própria Procuradoria", decidiu-se pela unificação das Procuradorias, com a implantação da versão 1.15, prevista para 1º de julho de 2017, inclusive da PGE, para a qual serão também unificadas as Autarquias e Fundações que não tenham corpo jurídico próprio. Os órgãos serão oficiados e a Secretaria de Comunicação fará divulgação dessa decisão.

6. Demandas apresentadas pela OAB

a) Melhoria de performance no *upload* de múltiplos documentos:

Considerando que a demanda da OAB para melhoria da ferramenta de *upload* de múltiplos documentos foi apresentada em momento que o sistema PJe apresentava problemas de performance, questionou-se ao Conselheiro Otávio Pinto e Silva se optavam pela manutenção na melhoria proposta, que informou que o problema persiste. Considerando que, no momento não haverá alteração do limite do tamanho dos documentos, deliberou-se por acompanhar por duas semanas a performance do sistema após a implantação da versão 1.15 e, não havendo problema relatado, o tamanho será aumentado para 2 MB.



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

b) Mandado de penhora expedido no endereço da advogada da reclamada:

Ao membro da OAB foi explicado que se trata de opção existente na antiga tarefa "Preparar Comunicação" já excluída na nova tarefa "Preparar ato de comunicação". Servidores já receberam orientação sobre a opção presente na tarefa *antiga* e sobre a utilização da nova tarefa, por meio do manual de novidades da versão 1.14 e do informativo nº 3/2017. De todo modo, serão novamente orientados por meio de informativo.

c) Exclusão do cadastro da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUARU como procuradoria no sistema PJe de 1º e 2º graus:

Ao membro da OAB foi informado que se trata de determinação da E. Presidência deste Regional, inclusive com prazo para a respectiva habilitação dos advogados nos processos em que a PROGUARU figura como parte e com a publicação da Portaria GP nº 34/2017, que suspende os prazos processuais. No mais, a questão não está afeta ao funcionamento do sistema PJe.

7. Considerando a notícia de que há novas propostas da Corregedoria Regional quanto aos incidentes e a CCT, a proposta do plano de trabalho será analisada na próxima reunião.

4. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião:
09/08/2017, às 16h, na Sede do TRT-2.

ANEXO - Ata de reunião 2/2017 - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE

Alteração das melhorias já registradas			
Prioridade	Melhoria	Resumo	Status
0	MEL-216	Alteração da tarefa Preparar Comunicação para Preparar Expediente e Comunicação	Resolvido
100	MEL-367	Proposta de melhoria dos Agrupadores	Aprovado
99	MEL-570	Retificação da autuação para inclusão de advogado com OAB	Aberto
0	MEL-571	Arquivo provisório na fase de liquidação	Resolvido
2	MEL-572	Prazos pós-sentença	Aberto
1	MEL-573	Visualizar minuta	Aberto

Priorização das novas demandas aprovadas				
Data	Solicitante	Sistema	Descrição	Prioridade
05/10/16	Juliana Andrade Azeredo	1º e 2º	Criação de funcionalidade que permita geração, por servidor de atendimento, de usuário e senha para partes consultarem processos eletrônicos	96
06/10/16	Noemia Terumi Fujii Altheman	1º	1º grau - Possibilidade de selecionar, na minuta do ato judicial, a próxima tarefa para a qual o processo será movimentado após a assinatura do ato e eventual publicação	94
10/02/17	Rita Cristina Guenka		2º grau – Possibilidade para o assessor selecionar na minuta do voto, a próxima ação para a qual o processo será movimentado após o cumprimento da tarefa. Vistar voto, a ser realizada pelo magistrado com a possibilidade também de vistar em lote.	
27/10/16	Michele Vieira Campos			
19/10/16	Margareth Mary Machado	1º e 2º	Possibilidade de, no bob esponja, visualizar/ocultar documentos excluídos do processo	90
30/11/16	Corregedoria Regional	1º	Possibilidade de retornar processos eletrônicos, inclusive convertidos para o meio eletrônico, à fase do conhecimento quando reconhecida a nulidade da citação	98
17/01/17	Maurício Bobra Arakaki	1º	Inserir botão “Voltar” na tarefa “Escolher posto avançado”	93
24/05/17	Dr. Moisés dos Santos Heitor	2º	Retirar mensagem que informa que a liberação do voto é irreversível	92
24/05/17	Dr. Moisés dos Santos Heitor e Dra. Roberta	1º e 2º	Tornar automáticos: - a definição do rito no 2º grau (RO ou ROPS), a depender do rito do processo remetido pela 1ª instância e - a definição das partes do recurso que está sendo remetido (mantida a possibilidade de retificação da aba Partes pelo servidor) com base nas informações da admissibilidade do recurso.	95

07/06/17	Grupo técnico	2º	Implementar, no controle de sessão, fluxo específico para que o relator possa minutar despacho em processos eletrônicos que aguardam sessão de julgamento	97
13/06/17	Ana Christina Gemelgo Lucas	1º	Incluir a situação "redesignada" como critério de pesquisa na pauta de audiências	91